



Secretaria de Estado  
de Cultura do Rio de Janeiro

**PADEC**

Edição 2015

**Qualificação da  
Gestão Cultural**

**Apoio à Elaboração  
de Planos Municipais  
de Cultura**

## **GOVERNO DO RIO DE JANEIRO**

**Governador** Luiz Fernando Pezão

**Vice-Governador:** Francisco Dornelles

### **Secretaria de Estado de Cultura**

**Secretária de Estado de Cultura** Eva Doris Rosental

**Subsecretária de Relações Institucionais** Olga Campista

**Subsecretário de Planejamento e Gestão** José Elano Assis Junior

**Coordenadora de Políticas Culturais** Cleisemery Campos da Costa

**Gerente de Projetos** Ana Pacheco

**Assessoria e Pesquisa** Clarissa Alexandra Semensato

### **Ministério da Cultura**

**Ministro da Cultura** Juca Ferreira

**Secretário de Articulação Institucional** Vinícius Gomes Wu

**Coordenação Geral de Instrumentos e Gestão SNC** Luisa Coelho Netto Galiza

**Chefe da Representação Ministério da Cultura RJ e ES** Adair Rocha

### **Universidade Federal Fluminense/Laboratório de Ações Culturais (LABAC-UFF)**

**Professor** Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

**Professor** Ernani Viana Saraiva

## **Política Cultural Fluminense, um processo em construção**

A Secretaria de Estado de Cultura do Rio Janeiro participa da construção do Sistema Nacional de Cultura ao instituir seu Sistema Estadual.

Uma nova legislação para a Cultura fluminense foi discutida e sancionada em 07 de julho de 2015: a Lei Estadual de Cultura, que instaura o próprio Sistema. Dentre importantes aspectos da Lei estão o Plano Estadual de Cultura – com diretrizes e estratégias de longo prazo para a área – e o Conselho Estadual de Política Cultural, cuja missão é promover maior participação social na formulação e no acompanhamento de políticas públicas. Para eleger os membros deste novo Conselho – representantes regionais e dos segmentos culturais – a Secretaria vem realizando 10 Conferências Regionais de Cultura. Organizou também a eleição via internet desses representantes, com votação feita no portal Cultura.rj.

Ao longo dos anos, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro vem investindo sistematicamente no aprimoramento de iniciativas para todo o estado, com especial atenção para o interior, a Baixada e o Leste Fluminense. E uma das ações nesse sentido é o Apoio à Elaboração dos Planos Municipais de Cultura, cuja metodologia será aplicada ao longo de nove meses.

Isso faz parte da edição 2015 do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios (PADEC), uma parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura e o Ministério da Cultura, com apoio Técnico do Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense (LABAC-UFF).

Dessa forma, a Secretaria potencializa a qualificação da gestão cultural, importante fator para a estruturação e o planejamento da cultura nos municípios fluminenses.

Sua participação na construção desse processo é fundamental.

**Eva Doris Rosental**

Secretária de Estado de Cultura do Rio de Janeiro



## O papel estratégico dos Sistemas Municipais de Cultura para a afirmação dos direitos culturais no Brasil

O Sistema Nacional de Cultura, SNC, é um instrumento estratégico para assegurar a integração entre os entes federados e a sociedade civil visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das políticas culturais no país. O Ministério da Cultura aposta na consolidação do SNC e apoia iniciativas coordenadas pelos governos estaduais e municipais empenhados no fortalecimento de seus sistemas.

Acreditamos que um sistema de cultura deve se constituir enquanto uma ferramenta a serviço daqueles que promovem e/ou são protagonistas da riqueza e da diversidade cultural do Brasil e isso, obviamente, não está relacionado apenas à ação do Estado. Por isso, queremos um Estado parceiro da sociedade na construção dos processos culturais e no fomento às suas diferentes manifestações. Um Estado que assuma as responsabilidades constitucionais previstas de garantia de acesso democrático à cultura e, ao mesmo tempo, que evite qualquer tipo de tutela, ou dirigismo de qualquer natureza, sobre a produção cultural autônoma. O Sistema Nacional de Cultura – bem como os sistemas estaduais e municipais – devem refletir plenamente essa visão.

A implementação dos Sistemas de Cultura e seus componentes (órgão gestor, conselho de política cultural, conferências, comissão intergestores, plano de cultura, sistema de financiamento da cultura, sistema de informações e indicadores culturais, programa de formação na área da cultura, sistemas setoriais) são imprescindíveis para efetivação de uma política sistêmica e descentralizada.

Portanto, iniciativas como a realização do Curso de Formação de Gestores Culturais – Edição 2015, bem como a dinamização e apoio à elaboração de Planos Municipais de Cultura, parceria da Secretaria de Articulação Institucional do MINC e SECULT/RJ, ao apoiarem a qualificação, o fortalecimento da gestão e dos sistemas de cultura nos municípios, contribuem, de maneira decisiva, para a afirmação dos direitos culturais – elemento indispensável à plena consolidação da cidadania e da democracia no Brasil.

**Vinícius Gomes Wu**

Secretário de Articulação Institucional  
Ministério da Cultura



## Participação Social e Cultura

Pensar em cultura e pensar em participação social é quase que metaforicamente construir palíndromos conceituais porque o fortalecimento de ambos os processos se dá, necessariamente, pela existência do outro. Quando se propõe uma estratégia de fortalecimento da cultura e se inclui nesta estratégia como elemento essencial a participação da sociedade civil tanto na elaboração dos instrumentos de ação e controle como na implementação dessa forma de intervenção, estamos apenas reconhecendo os papéis complementares que ambos exercem entre si.

A confirmação que o Estado faz, na construção dos sistemas de cultura, nas esferas federal, estaduais e municipais, da primazia do cidadão sobre o estado em eleger a destinação e forma de se pensar cultura em todos os níveis referenda a possibilidade libertária que essa tem na constituição dessa apropriação que os indivíduos fazem de si mesmos de forma coletiva com e pela cultura.

Poder abarcar todas as possibilidades da práxis cultural, nas dimensões simbólica (do fazer), econômica (do subsistir) e cidadã (do se apropriar) é permitir e incentivar um marco histórico de designação de papéis centrais àqueles que desde sempre estiveram relegados a papéis marginais: nosso povo.

Quando nos debruçamos sobre a cultura, não apenas como produtos de múltiplas destinações, mas também como ações processuais motivadoras da cidadania, destacamos também as perspectivas possíveis da participação social, seja ela finalidade, seja instrumento, seja ela processo. Reconhecemos ao indivíduo a possibilidade de transigir com a participação simbólica e marginal a que sempre esteve reduzido, reconduzindo-lhe a possibilidade de uma participação cidadã, efetiva e resolutiva de seus espaços, anseios e necessidades.

Estabelecer vínculos dialógicos do poder público municipal com a sociedade civil para se discutir os caminhos da cultura em toda sua amplitude e complexidade é um desafio posto com infinitas possibilidades de aprendizado. Nessa perspectiva, nosso grupo de dinamizadores espera poder contribuir para o êxito desse exercício e que dele advenha frutos consistentes para toda a sociedade.

### **Coordenação de Política Cultural**

Secretaria de Estado de Cultura

# DINAMIZAÇÃO

di.na.mi.za.ção - s f (dinamizar + ção)

1. Ato ou efeito de dinamizar. 2. Insuflar dinamismo

## Apresentação

Ciente das dificuldades que os setores da gestão pública municipal na área cultural enfrentam, e de que nada se constrói de forma isolada, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, através do Laboratório de Ações Culturais (LABAC-UFF), desenvolveu uma estratégia de apoio aos municípios do estado. Essa estratégia faz parte das linhas de ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios (PADEC) de 2015 e foi denominada Dinamização - Ação de Apoio aos Sistemas Municipais de Cultura.

### **A Dinamização é uma ação conjunta de fortalecimento e apoio à implantação dos Sistemas Municipais de cultura no estado do Rio de Janeiro**

Um grupo de Dinamizadores atuará junto aos gestores, no sentido de promover articulações entre município, sociedade, universidade e governo estadual. Não se trata de uma consultoria, nem a implantação de ideias prontas, externas à realidade em questão. Ao contrário, o intuito é colaborar com a percepção e identificação das potências locais dos municípios, focando, sobretudo, a construção dos planos municipais.

## Objetivos da Ação

Apoiar os municípios a efetivarem seu Sistema Municipal de Cultura, priorizando a elaboração do Plano Municipal de Cultura e facilitando os demais elementos obrigatórios na composição do Sistema de Cultura.

## Objetivos Específicos

- Auxiliar gestores na elaboração de um diagnóstico dinâmico e amplo para a cultura, que embase as políticas públicas de cultura;



- Estabelecer articulação entre os poderes públicos municipais, estaduais e da união, no que tange às políticas culturais e aos Sistemas de Cultura;
- Estimular e promover o constante diálogo entre sociedade civil e poder público, ajustando as demandas da população ao Plano Municipal de Cultura, orientando suas ações e recursos.

## Sistema Municipal de Cultura - Peças integrantes

Desde 2003, o Ministério da Cultura vem empreendendo esforços na elaboração de um Sistema de Cultura, capaz de articular entes federados e sociedade civil, em um processo dinâmico e participativo.

A institucionalização da área da cultura é fundamental para o fortalecimento do campo, para continuidade de políticas públicas pautadas nas demandas da sociedade, assim como para promoção e garantia dos direitos culturais.

A ilustração a seguir mostra os elementos que integram este sistema.



- **Conselho Municipal de Políticas Culturais:** é um espaço de pactuação de políticas públicas de cultura, com caráter deliberativo e consultivo, tendo na sua composição, no mínimo, 50% de representantes da Sociedade Civil, eleitos democraticamente;
- **Plano Municipal de Cultura:** deve expressar motivações, desejos, intenções, políticas, diretrizes, programas, objetivos e projetos para o desenvolvimento da cultura num período de dez anos;
- **Fundo Municipal de Cultura:** importante mecanismo de financiamento de projetos e atividades culturais, fundamental aos objetivos traçados pela política municipal de cultura;
- **Programa Municipal de Formação Cultural:** são ações contínuas voltadas para a capacitação e a atualização dos atores culturais, gestores, artistas, dirigentes, produtores, técnicos do setor cultural, e fomento de pesquisas no campo cultural;
- **Sistemas de Informações e Indicadores Culturais:** importante para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão, tem por finalidade integrar os cadastros culturais e os indicadores a serem coletados pelos municípios, os estados e o governo federal, para gerar informações e estatísticas da realidade cultural brasileira;
- **Conferência Municipal de Cultura:** mecanismo de ampla participação social, em onde poder público e sociedade civil dialogam sobre demandas, avaliações, expectativas. É onde se estabelecem as macro diretrizes da política cultural, que devem ser detalhadas pelo Plano Municipal de Cultura (PMC).

## **Plano Municipal de Cultura - Marco estruturante da Participação Social:**

Planejar é buscar antecipar o futuro. Quando traçamos planos e projetos, estamos vislumbrando uma situação que queremos alcançar que seja diferente da realidade atual.

Para tanto, duas questões são primordiais: conhecer a realidade que desejamos mudar, ter clareza sobre a situação que queremos alcançar.

Das peças que integram o Sistema Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura é o mais estruturante, pois compreende o conjunto de diretrizes, princípios e estratégias a serem desenvolvidas no seu âmbito de aplicação, durante período de dez anos.

Sendo uma peça bastante importante na estruturação do Sistema, que demanda conhecimento técnico, a construção e implementação de um plano é o principal alvo da ação dos Dinamizadores da SEC.

Um bom Plano de Cultura deve levar em consideração as seguintes premissas:

- O plano deve ser participativo, deve envolver os representantes eleitos – prefeito ou prefeita e vereadores – e a sociedade civil, para discutir propostas e meios de alcançá-las, e para acompanhar seus resultados.
- A sociedade civil pode participar de várias maneiras, mas dois espaços de participação são obrigatórios: o conselho de cultura e a conferência de cultura.
- O plano deve ser político, deve ser resultado de um acordo entre os diferentes interesses de classes e grupos sociais.
- O plano deve ser técnico, basear-se em práticas e procedimentos que deem suporte à realização das ações aprovadas.
- O plano deve fazer parte do planejamento da política pública, isto é, a cultura deve se relacionar com outras áreas de desenvolvimento.
- Os planos nacional, estadual e municipal devem ter correspondência entre si. O planejamento deve considerar as metas estabelecidas entre os planos.

Com base na elaboração de diagnósticos e utilizando-se dos mecanismos de participação social – como fóruns, conferências e conselhos (quando já instituídos) – e considerando as premissas acima mencionadas, será possível orientar gestores e sociedade civil, na construção de um Plano Municipal de Cultura exequível, de longo prazo e que inclua a diversidade e potencialidades culturais existentes no município.

## **Os municípios participantes**

Trinta e quatro (34) municípios fluminenses aderiram à ação de dinamização, assinando um Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado de Cultura do RJ. Esses municípios receberão apoio para elaboração e implementação do Plano Municipal de Cultura, através da presença de um dinamizador, que facilitará o processo, integrando poder público municipal e sociedade civil, com acompanhamento e orientação da Coordenação de Políticas Culturais da SEC RJ.

Os municípios e seus dinamizadores:

### **Alexandre Salles**

Barra do Piraí, Três Rios, Nilópolis e Queimados

### **Davy Alexandrisky**

Miguel Pereira, Barra Mansa, Japeri, Paty do Alferes e Vassouras

### **Ernani Viana Saraiva**

São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes,  
Iguaba Grande e São José de Ubá

### **Fernando Chagas**

Italva, Quissamã, São Fidélis e São João da Barra

### **Flávio Aniceto**

Cantagalo, Cordeiro, Silva Jardim, Teresópolis e Trajano de Moraes

### **Marcelo Correia**

Arraial do Cabo, Cabo Frio, Angra dos Reis e Tanguá

### **Maria Amélia Curvelo**

Miracema, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Aperibé

### **Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**

Paraty

Itaboraí, São Gonçalo e Rio das Flores - acompanhamento institucional

## **Etapas da Ação – Agosto 2015 à Abril de 2016**

- **Agosto e Setembro**

Assinatura do termo de compromisso dos municípios participantes e reunião de planejamento de equipe para atuação dos dinamizadores em campo.

- **Outubro**

### **Reunião de Dinamizadores e Gestores**

Encontros e reuniões com os municípios – O Dinamizadores conhecerão os gestores dos municípios e se ambientarão com estas realidades, conhecendo suas demandas, suas prioridades, seus avanços e principais dificuldades na construção do Sistema Municipal de Cultura.

- **1ª Quinzena de Novembro**

### **Palestra Mobilização Geral: Cultura na pauta da cidade**

Os Dinamizadores promoverão, junto aos gestores, representantes do legislativo e sociedade civil, uma palestra de mobilização. A intenção é esclarecer sobre a importância da participação social na construção do Sistema de Cultura e do Plano de Cultura, empoderar e integrar os atores participantes do processo coletivo.

- **2ª Quinzena de Novembro**

### **Encontros distritais**

Na intenção de tornar a elaboração do Sistema Municipal de Cultura um processo amplamente participativo, serão realizados encontros distritais, onde as demandas culturais locais serão observadas. A participação social demanda tempo de reflexão dos grupos e espaço para exposição.

- **Dezembro e Janeiro**

### **Encontros Setoriais**

Para atender as especificidades dos grupos, serão realizados encontros temáticos, dedicados à reflexão e debate específico de alguma área. Neste encontro o público deve ser dividido em Grupos de Trabalho (GTs), onde cada grupo será composto por uma temática. Ou, caso seja mais adequado ao município, os GTs poderão se dividir em setores culturais e artísticos.

- **Fevereiro**

### **Encontros de Sistematização e Apreciação**

Os encontros com a sociedade civil geram inúmeras demandas, que às vezes se sobrepõem, misturam-se, ou até mesmo são contraditórias. É preciso sistematizá-las, para começar a transformá-las em um plano, identificando princípios, diretrizes; e o que pode se tornar ações e programas. É ideal que essa etapa inclua o poder público, mas também a participação social. No caso, a participação de um Conselho, quando este já existir, e/ou um Comitê formado especialmente para isso durante os encontros, é ideal.

- **Março**

### **Encontros Técnicos e de Avaliação**

A partir de um texto inicial escrito, os encontros técnicos objetivam estabelecer um planejamento claro, com definição de estratégias, metas e ações, junto a um cronograma plausível. Também é necessária a formulação de indicadores que ajudem na medição dos impactos e resultados ao longo do tempo, para que o plano seja executado e avaliado ao longo do tempo. Após a sistematização e dos encontros setoriais, é desejável que as demandas sistematizadas sejam aprovadas em um fórum ou conferência, com ampla participação da sociedade civil. Nessa ocasião, para os municípios que ainda não possuem Conselho de Cultura, poderá ser efetuado o processo eleitoral dos conselheiros.

- **Abril**

### **Encontro de Encerramento**

Neste encontro, os resultados da dinamização serão apresentados à sociedade civil. As metas serão apresentadas, pois é preciso ficar claro que a sociedade civil deve ser participante ativa da construção das ações e programas, assim como nas avaliações periódicas do Plano. Nessa ocasião, os avanços conquistados serão celebrados!

# APOIO À ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA - 2015

## Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Cultura

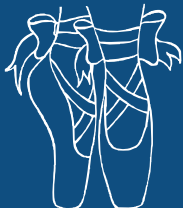
**Coordenação Geral** Cleisemery Campos da Costa

**Gerente de Projetos** Ana Cristina Alves Pacheco

**Pesquisa e Assessoria** Clarissa Alexandra Semensato

**Assessoria PADEC** Ana Cristina Cunha da Silva

**Planejamento de Conteúdo e Método** Luiz Augusto Fernandes Rodrigues  
e Ernani Viana Saraiva



# PADEC 2015

## Apoio à Elaboração de Planos Municipais de Cultura

### Contatos:

Site: <http://www.cultura.rj.gov.br/projeto/sistema-estadual-de-cultura>

Fanpage: <http://www.facebook.com/PlanodeCulturaRJ>

Email: [dinamizacao.sec@gmail.com](mailto:dinamizacao.sec@gmail.com)

### Secretaria de Estado de Cultura

Coordenação de Políticas Culturais

Telefone (21) 22168500 R. 236 e 237 - (21) 98342-9108

Rua da Quitanda, 86, 8º andar, Centro

CEP 20091-902 Rio de Janeiro - RJ



SECRETARIA  
DE CULTURA



**FAETEC**



Ministério da  
**Cultura**

